



04 DE NOVEMBRO DE 2017

Segunda-feira

- **INEC - ÍNDICE NACIONAL DE EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR**
- **NÚCLEO DE ACESSO AO CRÉDITO AUXILIA MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS**
- **NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE MP DO MICROCRÉDITO**
- **ARTIGO - INDÚSTRIA 2027: O FUTURO É AGORA**
- **UE E MERCOSUL ESTÃO MAIS PERTO DE ACORDO**
- **MARCOS PEREIRA DESTACA BENEFÍCIOS AOS EXPORTADORES EM DECISÃO QUE FLEXIBILIZA ACORDO MARÍTIMO BRASIL CHILE**
- **MARCOS PEREIRA ANUNCIA MEDIDAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS INOVADORES PARA O BRASIL**
- **EMPRESAS VOLTAM A INVESTIR EM MÁQUINAS PARA MODERNIZAR PRODUÇÃO E CORTAR CUSTOS**
- **EMPRESAS BUSCAM SEGURO CONTRA ASSÉDIO**
- **EMPRESÁRIOS DEVEM SE ENVOLVER NO DEBATE POLÍTICO, DIZ PRESIDENTE DA VALE**
- **INDÚSTRIA PERDE COMPETITIVIDADE COM ALTA DA CONTA DE LUZ**
- **ANAMACO: VENDAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CRESCEM 2% EM NOVEMBRO ANTE NOVEMBRO/16**
- **SIDERÚRGICAS TENTAM FOMENTAR CONSTRUÇÃO CIVIL**
- **COM REFORMA TRABALHISTA JUÍZES APLICAM DECISÕES CONTRADITÓRIAS**
- **NÚMERO DE AÇÕES TRABALHISTAS CAI 93%**
- **RONALDO NOGUEIRA AFIRMA QUE MERCADO DE TRABALHO FORMAL VAI CRESCER**
- **CADASTRO MUDA COM A NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**
- **ANÍBAL: APOIO DO PSDB ÀS REFORMAS SERÁ MANTIDO MESMO COM DESEMBARQUE**

- GOVERNO FARÁ "PENTE-FINO" PARA DESTRAVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- GRUPO PROTESTA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO ACESSO À RESIDÊNCIA DE MAIA
- BRASILEIRO TERÁ DE TRABALHAR 2 MESES A MAIS PARA MANTER BENEFÍCIO
- ARTIGO: A RECUPERAÇÃO CONTINUA
- ENTENDA O VALOR TOTAL E RELATIVO DAS EMPRESAS
- MERCADO INTERNO RESPONDE POR 80% DO CRESCIMENTO DO PIB
- INFLAÇÃO SEMANAL ACELERA EM CINCO DAS SETE CAPITALIS PESQUISADAS
- IPCA PARA 2017 CAI DE 3,06% PARA 3,03%, APONTA FOCUS
- APÓS QUASE IR FALÊNCIA, USIMINAS REAGE E APOSTA NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA
- SEDÃS FICARÃO MAIORES NA LINHA 2018
- MONTADORAS RECLAMAM DE IMPASSES NO GOVERNO QUE RETARDAM ROTA 2030
- PESADOS REVERTEM QUEDA E VENDAS CRESCEM 1,4%
- MOTOS DESPENCAM EM NOVEMBRO COM FERIADOS
- VENDAS DE VEÍCULOS CRESCEM 10% ATÉ NOVEMBRO

CÂMBIO EM 04/12/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,249	3,250
Euro	3,853	3,854

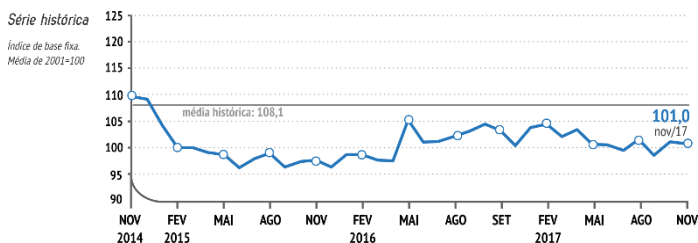
Fonte: BACEN

INEC - Índice Nacional de Expectativa do Consumidor

04/12/2017 – Fonte: CNI

Confiança do consumidor segue baixa

O INEC mostra recuo 0,2% na comparação com outubro, para 101 pontos. A confiança do consumidor permanece em patamar baixo, 2,1% abaixo do registrado em novembro de 2016 e 6,6% inferior à média histórica. Novembro/2017



Núcleo de Acesso ao Crédito auxilia micros e pequenos empresários

04/12/2017 – Fonte: CNI

MPEs são as maiores beneficiadas com serviço que orienta empresários para melhorar chances de conseguir crédito

Responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, as micros e pequenas empresas são o principal público dos Núcleos de Acesso ao Crédito (NAC), programa coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), oferecido pelas federações de indústrias estaduais. Com a ajuda de experts em financiamento, crédito e gestão financeira, empresários conseguem driblar algumas das maiores barreiras enfrentadas na hora de conseguir recursos para os seus negócios.

O sócio proprietário da Distribuidora União Limitada Celso Carlos Silva é um exemplo de como o NAC pode fazer a diferença. Silva precisava de recursos para construir um condomínio de distribuição de combustível, localizado na BR-163/364, no Mato Grosso. Ele encontrou a solução com auxílio da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIENTM).

“Nunca imaginei que o BNDES disponibilizasse linha de crédito para a área de combustível”, relata Celso. Com a consultoria do NAC para detalhar as condições de crédito mais adequadas para a empresa, o processo foi encaminhado e, em breve, ele conseguirá o valor de R\$ 12 milhões para investir no projeto.

Para a coordenadora do NAC, Suzana Peixoto, por meio dos núcleos, a empresa obtém condições melhores para a tomada de crédito. “Para novos clientes, os parceiros oferecem tarifas bancárias mais em conta”, explica. Suzana acrescenta que as empresas assistidas podem conseguir algumas condições preferenciais, como taxas de juros reduzidas. Recentemente, o NAC firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal para melhorar o fluxo de análise de demandas da indústria.

CURSOS E ASSESSORIA COMPLETA - O NAC é o responsável por divulgar oportunidades de crédito, distribuir material informativo, realizar cursos, palestras e seminários com temas relacionados à gestão financeira, crédito e financiamento.

A empresária Elisa Melo tem um ateliê de moda em Lucas do Rio Verde (MT). Em um seminário organizado pela FIENTM, ela tirou dúvidas sobre linhas de crédito. “A gente sempre acha é algo só para as grandes empresas, mas o curso me mostrou que há crédito disponível para empresas de todos os tamanhos”, ressaltou.

O proprietário da empresa Uliana Componentes Automotivos, Persio Uliana, que o diga. Ele sentia a necessidade de ampliar a fábrica de autopeças, sediada em Gravataí, no Rio Grande do Sul, fornecedora de montadoras de veículos. Segundo o empresário, o núcleo ofereceu todas as informações e proporcionou a assessoria que ele precisava. “O NAC da FIERGS cumpriu 120% das minhas expectativas. Agora, aguardamos a decisão do banco”, explica.

O gestor do NAC Ceará, Rafael Martins, comemora a alta procura dos serviços no estado. “Em 2017, fizemos mais de 450 atendimentos. Mais da metade, com 60%,”

foram sobre capital de giro. O restante abrangeu projetos de investimentos e renegociação de dívidas,” explica. O NAC cearense teve a demanda de R\$ 396 milhões de crédito para empresários da região.

Os serviços do NAC estão disponíveis em 19 federações de indústrias, nas cinco regiões do país. Procure o NAC mais próximo para ampliar a competitividade da sua empresa! Acesse o site para mais informações.

Nova audiência pública debate MP do microcrédito

04/12/2017 – Fonte: Senado Notícias

- [MPV 802/2017](#)

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) 802/2017 fará nova audiência pública na próxima quinta-feira (7), às 9h30. O texto trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que incentiva a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares.

A MP 802/2017 inclui a possibilidade de utilização de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito. No dia 28 de novembro a medida foi discutida com especialistas na comissão mista.

O objetivo do governo é reduzir custos operacionais que envolvem a concessão de financiamentos. Pela proposta, podem aderir ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado pessoas físicas e jurídicas organizadas de forma individual ou coletiva com receita anual bruta até R\$ 200 mil.

Foram convidados para o debate representantes dos bancos privados Santander, Itaú Unibanco e Bradesco. Também devem participar da audiência pública representantes da Cresol Confederação, Associação das Organizações de Microcrédito e Microfinanças de Santa Catarina, Banco da Família, Centro de Estudos e Assessoria, Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito, Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Universidade de Brasília.

ARTIGO - Indústria 2027: o futuro é agora

04/12/2017 – Fonte: CNI

Em artigo publicado no Blog do Noblat nesta sexta-feira (1º), o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirma que a expectativa é que tecnologias conectadas, convergentes e inteligentes tragam mudanças profundas no interior das empresas, ao mesmo tempo em que criam possibilidades para o mercado

Inovações transformam as fontes de competitividade, os modelos de negócios e a gestão empresarial. Hoje, vivemos um intenso processo de geração e difusão de tecnologias integradas e inteligentes. As empresas brasileiras precisam se posicionar frente a essa revolução.

Apesar dos riscos, que não são desprezíveis, a indústria está diante de oportunidades para avançar em sua capacidade competitiva. Para isso, é necessário conhecer tendências, identificar tecnologias relevantes e estimar impactos das mudanças.

Conectada ao big data e à inteligência artificial, a biotecnologia sintética está transformando as agroindústrias, a indústria química e a farmacêutica, por exemplo. O preço dessas tecnologias está em queda acentuada, assim como o de nanotecnologias, redes de comunicação e materiais avançados. Para se ter uma ideia,

o custo de exames de DNA cai de forma mais acelerada do que o da fabricação de chips.

Nos últimos 10 anos, vimos surgirem inovações com efeitos na indústria e na vida das pessoas. A todo momento, novas tecnologias modificam a realidade em que estamos imersos.

Computador, internet e smartphone alteraram substancialmente o comportamento da sociedade e o modo de produzir. Para a próxima década, a expectativa é que tecnologias conectadas, convergentes e inteligentes tragam mudanças profundas no interior das empresas, ao mesmo tempo em que criam possibilidades para o mercado.

Essas inovações serão um caminho sem volta e implicam transformações na produção, na logística, na distribuição e, principalmente, na base de conhecimento e de relacionamento entre empresários, pesquisadores e trabalhadores. É essencial e urgente, portanto, o debate sobre educação e qualificação profissional no país de modo a agir efetivamente para aperfeiçoar nossas capacidades.

O Projeto Indústria 2027 é uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no marco da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que mobiliza mais de 40 pesquisadores de duas das principais universidades do país – UFRJ e Unicamp. Inédito, o estudo convida empresas de todos os segmentos e portes a se prepararem para os desafios que novas tecnologias impõem. Uma vez vencidos, eles podem ajudar a reinserir o Brasil na trajetória de desenvolvimento.

O projeto traça tendências e seus impactos sobre o setor ao longo da próxima década. Mapeia oito grupos de tecnologias – inteligência artificial, internet das coisas, redes de comunicação, produção inteligente e conectada, materiais avançados, nanotecnologia, biotecnologia, e armazenamento de energia. Além disso, avalia os efeitos das inovações em 10 conjuntos de segmentos industriais, mostrando como alteram fatores-chave de competitividade.

O estudo vai identificar quais inovações resultam em transformações moderadas ou disruptivas hoje e em até 10 anos. O Brasil pode encontrar importantes oportunidades de desenvolvimento econômico e crescimento sustentável a partir dessas novas tecnologias. Assim como ocorre em outros países, a indústria brasileira precisa traçar estratégias para definir que patamar quer atingir no futuro próximo. Devemos estar atentos e preparados.

Cada uma a seu tempo e em ritmo próprio, as inovações invadem a produção industrial e o funcionamento das empresas. O caminho é olhar adiante e compreender a necessidade de as indústrias se atualizarem perante uma série de tecnologias. É preciso, portanto, olhar com profundidade para as tecnologias e para seu poder de modificar os parâmetros em um contexto de competição global.

Este é o momento de as empresas brasileiras assumirem o protagonismo nesse tema. Quanto mais rápido nos aproximarmos da indústria do futuro, mais o Brasil terá chances de reconquistar sua posição estratégica na economia mundial. Não há alternativas se quisermos nos tornar um país próspero e desenvolvido.

(Robson Braga- Presidente da CNI).

UE e Mercosul estão mais perto de acordo

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de semanas de impasse, as negociações do acordo comercial Mercosul-União Europeia avançaram nos últimos dias. Os europeus indicaram que vão apresentar uma

oferta melhorada para o comércio de carne e etanol, que hoje são o principal ponto de divergência entre os dois blocos. A informação é de fonte próxima à negociação.

A proposta europeia deverá ser feita em reuniões paralelas à reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que começa no próximo dia 10, na Argentina. Otimistas, diplomatas já trabalham com a hipótese de assinatura de um pré-acordo entre os blocos no mesmo evento. Se isso for confirmado, será o fim de um longo e complicado processo de negociação que se arrastou durante duas décadas.

O movimento mais importante que permitiu o avanço foi dos europeus: a indicação de oferta melhorada de acesso ao mercado com maiores volumes para carne e etanol do Mercosul com tarifa de importação reduzida. A antiga proposta rechaçada pelos sul-americanos previa 70 mil toneladas de carne e 600 mil toneladas de etanol.

Com o movimento europeu, um dos negociadores do Mercosul avalia que a chance de sucesso do acordo subiu para 70%, de 40% uma semana antes. Uma vez assinado o pré-acordo, ou "acordo político", as negociações atingem um ponto irreversível. Modelo semelhante foi usado por Bruxelas nas negociações com o Japão em julho, quando as partes chegaram a um acordo de princípio sobre o livre comércio.

Se a agricultura é tema de preocupação dos europeus, a indústria e os serviços são temas sensíveis ao Mercosul e alguns setores já reagem. Em carta enviada a ministros, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) pede maior clareza em relação à proposta dos europeus e diz que a "indústria brasileira não pode ser oferecida como moeda de troca" para o acesso àquele mercado.

Marcos Pereira destaca benefícios aos exportadores em decisão que flexibiliza Acordo Marítimo Brasil Chile

04/12/2017 – Fonte: MDIC (postado em 01/12/2017)



A pedido da Camex, Antaq passa a conceder autorização de um ano para que navios de qualquer bandeira operem a rota para cargas não containerizadas.

A pedido da Câmara de Comércio Exterior (Camex), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou uma Resolução com uma autorização especial (waiver), com vigência de um ano, para embarque de cargas não containerizadas na rota marítima Brasil-Chile, independentemente da nacionalidade do navio.

Antes dessa decisão, o transporte de carga marítimo só podia ser realizado por empresas com navios de bandeiras brasileira ou chilena, a não ser que o exportador solicitasse um waiver a cada embarque, o que ocasionava aumento de custos, atrasos nas entregas das mercadorias e imprevisibilidade logística, segundo a Camex. O Chile, foi o sexto principal destino das vendas internacionais brasileiras, em 2017, de janeiro a outubro.

"Na prática, isto vai significar que quase a metade das nossas exportações ao Chile terão redução de custos e prazos no próximo ano", explica o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira. Segundo ele, a decisão irá baratear os custos do transporte marítimo Brasil-Chile em até 30%, de acordo com levantamentos feitos junto às empresas do setor, além de diminuir o tempo de trânsito para entrega de produtos brasileiros no Chile, em média de um mês para uma semana.

De acordo com estimativas do MDIC, quase 50% das vendas do Brasil ao Chile, no ano passado, foram feitas fora de contêineres e serão beneficiadas pela decisão. São produtos como petróleo em bruto, veículos de carga, automóveis, chassis, tratores, máquinas para terraplanagem, açúcar em bruto e farelo de soja, vendidos por 4.533 empresas brasileiras em 2016.

Segundo estudo da FGV, sem o acordo, os fretes seriam 45% mais baixos e o Brasil aumentaria as exportações para o Chile em US\$ 342 milhões por ano. Em outro estudo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que as barreiras de entrada nessa rota comercial implicam em um preço final das mercadorias brasileiras no Chile 5% superior, em média, devido à reserva de mercado.

O transporte marítimo corresponde a 62% das exportações brasileiras ao Chile. Esse percentual está abaixo do valor médio do transporte marítimo no comércio exterior, que é de 80%. Como resultado da falta de concorrência, as empresas acabam utilizando o transporte terrestre, que é mais caro.

"Como resultado desse waiver estendido para um ano, é esperada uma expansão do uso do transporte marítimo nessa rota", afirma a secretária-executiva da Camex, Marcela Carvalho.

A limitação foi estabelecida no acordo bilateral em 1975 e só será definitivamente extinta em 2020, mas para beneficiar desde já os nossos exportadores, a Camex solicitou que a Antaq autorize o waiver para que as empresas exportadoras e/ou importadoras brasileiras utilizem empresas marítimas de qualquer país para operar a rota com navios de carga geral (break bulk) e que transportam veículos e outros equipamentos com rodas (navios roll-on roll-off), a partir de novembro de 2017, e com validade de um ano. A limitação para bandeiras do Brasil e do Chile continua valendo até 2020 apenas para transportes em contêineres.

Marcos Pereira anuncia medidas para atrair investimentos inovadores para o Brasil

04/12/2017 – Fonte: MDIC (postado em 01/12/2017)

Serão publicados nos próximos dias no DOU decreto que cria a Sala de Inovação e MP que atualiza Lei da Informática

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, participou, na manhã desta sexta-feira (1º); de reunião com empresários que integram a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), no escritório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

Durante o encontro, que reuniu cerca de 150 líderes empresariais, ele anunciou a criação da Sala de Inovação e a atualização a Lei de Informática Nacional e da Zona Franca de Manaus. Ambas as medidas irão estimular o ecossistema de inovação brasileiro e estabelecer um novo paradigma de atração de investimentos para o país.

Marcos Pereira afirmou que será publicado nos próximos dias no Diário Oficial da União o decreto que cria a Sala de Inovação, uma instância de articulação no Governo Federal para promover e facilitar a atração de investimentos em centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no Brasil. A Sala é um projeto realizado pelo MDIC e MCTI em conjunto com MRE, Apex-Brasil, BNDES, Finep e CNPq.

"A partir de agora, o Brasil passa a oferecer, em um só lugar, todas as informações e apoio institucional para empresas que querem instalar centros e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Com a Sala de inovação, promovemos uma melhor coordenação entre os atores do governo federal na atração de investimento em PD&I",

disse o ministro. Segundo ele, o MDIC, juntamente com o MCTI, já trabalha na elaboração da estratégia nacional para atração de centros de PD&I.

Os dois ministérios exercerão, em períodos alternados de dois anos, a secretaria-executiva do comitê gestor da Sala de Inovação. A Apex-Brasil será a porta de entrada para as empresas que têm interesse em investir no Brasil. Além disso, haverá uma instância de consulta ao setor privado, composta pela CNI e demais atores relevantes.

Lei de Informática

O MDIC também aguarda a publicação da da Medida Provisória que atualiza a Lei de Informática Nacional e da Zona Franca de Manaus. As alterações propostas nas duas leis – que definem as obrigações de empresas que produzem bens de informática e de comunicação para a obtenção de benefícios fiscais e financeiros, quando houver investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – ampliam as modalidades de investimentos em P&D. Com a MP, empresas do setor poderão aplicar recursos em startups de base tecnológica e em fundos de investimento.

A mudança prevê ainda a contratação de auditoria independente para a avaliação de relatórios de aplicação em P&D. Com isso, estamos simplificando a gestão administrativa. Por fim, as empresas poderão apresentar plano de reinvestimento de valores de P&D glosados e parcelar débitos de P&D em caso de descontinuidade de suas operações. “Com isso, estimamos que 1,5 bilhão de reais poderão retornar ao ecossistema de inovação”, ressaltou o ministro.

MEI

A Mobilização Empresarial pela Inovação é um movimento para estimular a estratégia inovadora de empresas brasileiras e ampliar a efetividade das políticas de apoio à inovação a partir da interlocução entre os setores público e privado. O Comitê de Líderes Empresariais da MEI se reúne periodicamente com o governo para definir caminhos que potencializem a inovação no setor produtivo brasileiro, bem como avaliar as ações já em curso.

Na reunião, Marcos Pereira também falou das medidas implementadas e estudadas para reduzir o backlog de análise de marcas e patentes e melhorar as condições estruturais do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). E ressaltou as ações do MDIC em favor ao acesso das pequenas empresas à inovação, como o lançamento, na última semana, do programa Startout Brasil, para a internacionalização de startups.

“Temos buscado ampliar a efetividade das políticas públicas de apoio à inovação, revendo processos e modernizando a gestão. Em 17 meses, a atual gestão do MDIC acumula importantes conquistas para a melhoria do ambiente de negócios no país”, disse.

Empresas voltam a investir em máquinas para modernizar produção e cortar custos

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Após quatro anos de retração, o investimento saiu do vermelho no terceiro trimestre deste ano e cresceu 1,6%. Segundo o IBGE, foi o primeiro resultado positivo desde o terceiro trimestre de 2013 –antes mesmo de o país mergulhar na recessão, em 2014.

Um ambiente de maior confiança entre empresários, além da queda da taxa de juros, encorajou o investimento em máquinas e equipamentos, dizem economistas.

O objetivo, porém, não foi aumentar a capacidade, mas investir para manter mercado, com máquinas que ajudem a cortar custos e oferecer produtos competitivos.

"O investimento em grande parte aparece para cobrir a depreciação do estoque de capital, e não para ampliar a capacidade", afirma Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central e sócio AC Pastore & Associados.

Uma das principais evidências disso é que a utilização da capacidade nas fábricas ainda está baixa, ao redor de 74%, segundo dados da Fundação Getulio Vargas.

Mesmo assim, observa Silvia Matos, coordenadora do boletim macro da FGV, após tanto tempo de retração, era de esperar uma reação.

"Foi muito tempo de recessão. Chega uma hora em que as empresas têm que investir para se modernizar, reduzir custos", diz. Segundo ela, a absorção de máquinas e equipamentos –produção mais importação, descontadas as exportações– aumentou quase 10% no terceiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado. A economista arrisca dizer que é o setor industrial o principal investidor neste momento.

"Em nossas análises, percebemos que é um maquinário bastante difundido, relacionado ao transporte e à indústria", afirma.

Segundo relatório da secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, o aumento da importação de bens de capital e de bens intermediários "indicam a retomada gradual do crescimento sustentado do setor industrial".

Os setores de alimentos, papel e celulose e indústria automotiva têm puxado os investimentos, diz o economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) Rafael Cagnin.

"É difícil dizer quais são os setores investindo neste momento, a despeito da melhora no PIB. Vemos aportes muito pontuais, focados principalmente em proteção de posição competitiva do que de avanço na produção", diz ele.

A construção civil, responsável por mais da metade do cálculo do investimento no PIB, segue em crise. Ficou estável em relação ao trimestre imediatamente anterior e tem queda de 4,7% em relação a igual período de 2016.

Empresas buscam seguro contra assédio

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As empresas americanas estão elevando dramaticamente sua cobertura de seguros contra queixas por assédio sexual, nos últimos anos, após uma sucessão de escândalos notórios (o do produtor de cinema Harvey Weinstein é um exemplo), como parte de seus esforços contra o risco crescente de delitos de conduta no lugar de trabalho.

Os seguros contra responsabilidade judicial por práticas de emprego (EPLI, na sigla em inglês), que cobrem companhias em caso de acusações por assédio sexual, discriminação racial ou demissão indevida, vêm avançando rapidamente nos últimos dez anos.

Mas advogados e algumas organizações de defesa da mulher dizem que essas apólices, que cobrem empresas e executivos contra processos judiciais que podem acarretar altos gastos e perda de reputação, também podem ajudar a perpetuar os abusos, ao permitir que as empresas evitem confrontar seus problemas de forma direta.

"Os pagamentos de indenização podem oferecer alguma assistência financeira e paz de espírito, para as pessoas envolvidas, mas criam uma cultura de silêncio ainda mais forte", diz Kim Churches, presidente-executiva da Associação Americana de Mulheres Universitárias.

"Os acordos não só proíbem que as vítimas se pronunciem como significam que não encorajamos colegas a reagir a linguagem sexista ou assédio, denunciando essas coisas na hora".

No ano passado, companhias americanas gastaram US\$ 2,2 bilhões com apólices de seguro que cobrem as consequências jurídicas de assédio sexual, discriminação racial e demissão indevida. O mercado deve crescer a US\$ 2,7 bilhões em 2019, segundo a consultoria MarketStance.

Isso é uma fração do que empresas gastam com seguros contra imperícia médica, mas especialistas do setor dizem que os seguros EPLI estão ganhando cada vez mais atenção e que seu maior crescimento acontece nas pequenas e médias empresas, hoje.

Cerca de 41% das empresas com mais de mil trabalhadores reportaram contar com alguma forma de seguro para casos de assédio sexual e discriminação, de acordo com a MarketStance.

Cerca de um terço das empresas com ao menos 500 funcionários conta com cobertura desse tipo, disse Yohn, ainda que essa forma de seguro continue a ser pouco comum nas start-ups. Só 3% das empresas com menos de 50 funcionários dispõem desse tipo de cobertura.

Não se sabe quantas queixas são resolvidas por meio do seguro a cada ano ou a escala de indenização às mulheres vítimas de assédio sexual. Quase todos os acordos vêm acompanhados por cláusulas de confidencialidade, dizem os advogados.

Empresários devem se envolver no debate político, diz presidente da Vale

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, defendeu nesta segunda-feira (4) que os empresários brasileiros se envolvam no debate político nacional.

"Acho que os empresários devem ser mais vocais e que não deixemos de fazer valer nossas experiências nos últimos anos", afirmou, em resposta à pergunta da plateia durante evento sobre risco-Brasil na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

"Não só estou disposto a debater, como conclamo todos os meus colegas para que também o façam. Não se trata de impor uma posição, mas de ajudar para que os assuntos sejam suficientemente debatidos", completou.

O executivo, que deixou a Klabin para assumir a Vale em maio, avalia que a participação do empresariado no debate política tem sido pequena nos últimos anos. "É histórico no Brasil que o empresariado se coloca pouco, por razões compreensíveis: temos que tocar as nossas empresas", comentou o executivo, que deixou o evento sem dar entrevista.

Antes, porém, se reuniu reservadamente com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que também participa do evento e já anunciou que estuda lançar candidatura à presidência em 2018.

Em entrevista à **Folha**, Meirelles afirmou que o governo Temer deve lançar candidato e que tomará a decisão sobre sua posição na disputa no final de março.

ALEGRIA

Em sua palestra, Schvartsman disse que a Vale trabalha para "fazer a alegria dos acionistas", com a distribuição de dividendos "como nunca pagou em sua história." A companhia iniciou este ano um processo de reestruturação acionária, com fim do bloco de controle —nas mãos de Bradesco e fundos de pensão— e maior pulverização do capital.

No campo administrativo, a mineradora tem como principal meta reduzir o endividamento de US\$ 21 bilhões para US\$ 10 bilhões.

O executivo defendeu que a empresa precisa demonstrar que pode ter retorno em investimentos feitos durante o superciclo das commodities antes de decidir por novas expansões.

Por isso, completou, todos os recursos gerados serão destinados neste momento a reduzir a dívida acumulada durante os anos de expansão. Depois, o objetivo é garantir retorno aos acionistas.

Segundo ele, em um "ano normal", a Vale gera entre US\$ 14 bilhões e US\$ 15 bilhões.

"É uma grande tentação", comentou, lembrando que alguns investimentos feitos no passado, como a expansão da produção de níquel, ainda não dão o retorno adequado.

O objetivo da administração da mineradora é poder financiar investimentos futuros sem tomar novas dívidas, valendo-se apenas da geração de caixa de suas atividades.

Indústria perde competitividade com alta da conta de luz

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

A escalada do preço da energia elétrica tem derrubado a competitividade da indústria brasileira. De 2013 para cá, a tarifa cobrada do setor subiu quase 80% (para R\$ 387,63 o megawatt/hora), num movimento que só havia sido verificado no pós-acionamento de 2001, segundo levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina).

O resultado tem sido o fechamento de fábricas, como ocorreu no setor de alumínio, e a migração de unidades produtivas para outros países, a exemplo do vizinho Paraguai.

Principal insumo usado por 79% das empresas, a eletricidade pode representar mais de 40% dos custos de produção, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Ou seja, qualquer movimento nas tarifas tem forte impacto na

competitividade tanto daquelas empresas que exportam como das indústrias voltadas apenas para o mercado doméstico, que concorrem com o produto importado.

O setor de alumínio é um exemplo de como o preço da energia sufoca a indústria. Em 2001, o peso do insumo representava 26,7% do custo total de produção de alumínio primário. No ano passado, esse porcentual tinha saltado para 70%, segundo a Abal, associação que representa o segmento. Com a pressão de custos, cinco plantas encerraram as atividades, reduzindo a participação do setor na economia.

Esse cenário reduziu a produção nacional pela metade, de 1,75 milhão em 2007 para 800 mil toneladas este ano. "O que mais pesou para esse resultado foi o preço da energia. Se fôssemos competitivos, continuaríamos produzindo, como outras nações fizeram", diz o presidente da Abal, Milton Rego. Desde 2009, o País caiu do 6.º para o 10.º lugar no ranking mundial de produção de alumínio primário.

Para entender como a situação chegou nesse ponto, basta comparar a evolução dos preços da energia com a inflação. De acordo com os dados do Ilumina, de 1995 (quando começaram as privatizações) até agora, as tarifas tiveram aumento real da ordem de 131%. Se outras variáveis não interferissem no preço, a tarifa estaria hoje em R\$ 174 o MWh. Mas, nos últimos anos, a tarifa virou um varal para pendurar vários tipos de encargos e despesas.

Além disso, as chuvas abaixo da média obrigaram o País a usar térmicas caras para compensar a queda no nível dos reservatórios. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, afirma que o avanço do preço da energia é resultado de dois movimentos: um é conjuntural, explicado pelo estresse hídrico que esvaziou os reservatórios desde 2012; o outro é estrutural e inclui um excesso de encargos que já chega a R\$ 16 bilhões e pode explodir no futuro.

"Estamos trabalhando para reduzir isso, mas não há mágica. Já fizeram muita mágica nos últimos anos, que voltou como um boomerang no setor", afirma ele, referindo-se à MP 579, editada em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir o preço da energia, mas que teve efeito inverso. Enquanto as medidas não chegam, as empresas estão apreensivas.

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, afirma que cálculos apontam para aumentos da ordem de 25% a 30% no ano que vem por causa do risco hidrológico. "Mesmo que o índice de chuva fique dentro da média, os reservatórios não serão totalmente recuperados." O problema será se a demanda voltar a crescer por causa da retomada da economia, diz o executivo. "É um cenário complicado, semelhante ao de 2000 (no pré-acionamento)."

Esse cenário negativo, com imprevisibilidade em relação aos preços, mexe de forma significativa no plano de negócios das empresas. Muitas delas, no entanto, já adotaram estratégias radicais de transferir a produção para outros países. Um exemplo é o Paraguai, que tem recebido investimento de empresas brasileiras em busca de custos mais baixos, sendo o principal deles a energia.

Entre as empresas que estão investindo no País vizinho estão Riachuelo e a produtora de ferro-liga mineira Granha Ligas. No segundo caso, a empresa fez uma joint venture com a Saint Gobain. Vale lembrar que a energia elétrica do Paraguai é produzida pela hidrelétrica Itaipu Binacional, cuja maioria da energia é vendida no Brasil.

"Hoje a tarifa média do País deve estar entre as 5 ou 6 maiores do mundo", diz Santana. Nos Estados Unidos, o preço da energia (com impostos) é da ordem de US\$ 69; no México, US\$ 82; e no Canadá, US\$ 78. No Brasil, a tarifa é de US\$ 124, sem imposto (ou cerca de US\$ 164, com impostos). "Precisamos desarmar o setor, que é cheio de subsídios", diz Pedrosa.

Anamaco: vendas de material de construção crescem 2% em novembro ante novembro/16

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

As vendas do varejo de material de construção cresceram 3% em novembro na comparação com outubro. Ante novembro do ano passado, o índice as vendas do setor subiram 2%. Os dados são da Anamaco, que divulgou pesquisa feita com 530 lojistas entre os dias 24 a 30 de novembro.

“Com esses resultados, o volume de vendas no acumulado do ano apresenta alta de 5% se comparado ao mesmo período do ano passado. O índice é o mesmo apresentado pelo setor nos últimos 12 meses”, explicou o presidente da Anamaco, Cláudio Conz.

O executivo, que participou na Quarta-feira passada, dia 29, de uma reunião com o presidente Michel Temer e outros empresários do setor de comércio e serviços, se mostrou confiante de que o varejo de material de construção fechará o ano com dados positivos.

“A nossa expectativa é encerrarmos 2017 com 5% de crescimento sobre 2016. O segundo semestre geralmente corresponde a 65% das vendas do ano, e tivemos uma melhora nas vendas também por conta da queda da inflação, que influencia positivamente a confiança do consumidor”, completou.

As lojas com mais de 50 funcionários puxaram a alta do mês, com variação positiva de 10% em relação a outubro. “Isso mostra que o consumidor voltou a construir e reformar, pois é para essas lojas que a maioria dos consumidores se dirige quando quer comprar em grandes quantidades”, disse Conz, afirmando que as lojas menores são mais procuradas para compras de reposição, quando a obra já está em andamento.

Cerca de 29% dos entrevistados afirmaram que contrataram funcionários em novembro e 11% pretendem aumentar seu quadro no mês de dezembro. A pesquisa da Anamaco também indicou que 38% dos lojistas pretendem realizar investimentos nos próximos 12 meses.

Siderúrgicas tentam fomentar construção civil

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

As indústrias siderúrgicas vão encerrar este ano com aumento de produção de aço, mas o otimismo é cauteloso em relação ao horizonte do setor no curto prazo. Apesar de a produção de aço ter sido revisada para cima este ano, a 34,154 milhões de toneladas, alta de 9,2% em relação ao ano passado, de acordo com Instituto Aço Brasil (IABr), as indústrias ainda precisam de sinais mais claros de recuperação da economia para fazerem seus planos de expansão para 2018.

“O setor siderúrgico é um dos primeiros a ser afetados em uma crise e a expectativa de recuperação ainda não está clara”, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo da entidade. Um dos principais compradores de aços, o setor de construção civil está entre os mais abatidos pela recessão.

Segundo Lopes, o Instituto Aço Brasil (IABr) formará uma coalizão com entidades empresariais para levar ao governo uma pauta de reivindicações específica para estimular a indústria da construção civil. A primeira reunião entre as entidades será na próxima semana, em São Paulo.

Farão parte desse movimento as principais entidades empresariais do setor da construção civil, como a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Lopes lembrou que as indústrias siderúrgicas passaram por uma forte crise entre o fim de 2014 e 2016, levando o setor a demitir 46 mil trabalhadores, após o fechamento de 78 unidades no período. Hoje, o setor emprega 111 mil funcionários.

Nos últimos meses, as siderúrgicas começaram a renegociar reajustes de preços com os principais fornecedores e agora estão em conversas com distribuidores de aços planos para futuras revisões. O pior momento para o setor já passou, mas há incertezas sobre 2018.

Dúvidas

Otto Nogami, professor de macroeconomia do Insper, lembra que a recuperação das vendas do setor automobilístico e do setor de linha branca, que ajudaram a impulsionar as siderúrgicas, refletem medidas pontuais do governo, como liberação do FGTS inativo e do PIS/Pasep, por exemplo. "Mas é preciso que o governo aprove importantes reformas, como a da Previdência, para que a economia de sinais de recuperação consistentes", disse.

A decisão da Usiminas de ligar o alto-forno em Ipatinga (apenas dois estão operando) está calcada na aposta de que os setores das indústrias, não só a automotiva e a de linha branca, possam se recuperar. "Não podemos ficar nesse vai-e-vem. É temeroso ver uma expectativa de retomada e logo em seguida uma inversão de tendência", disse Nogami.

Para Lopes, do IABr, a expectativa é de que a produção do setor cresça 4,9% em 2018. "É importante lembrar que neste ano tivemos aumento de 33% das importações e a entrada da produção da siderúrgica de Pecém. O consumo aparente, de 5,2%, foi bem menor que a da produção."

Com reforma trabalhista juízes aplicam decisões contraditórias

04/12/2017 – Fonte: Valor Econômico

Apesar da expectativa das empresas de mais segurança nas relações do trabalho a partir da reforma trabalhista, a Justiça tem concedido decisões contraditórias desde a entrada em vigor da Lei nº 13467, em 11 de novembro. Advogados aguardam uma orientação maior do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a aplicação da norma, mas isso ainda não ocorreu.

Há magistrados, por exemplo, que já condenaram trabalhadores a pagar honorários de sucumbência (devidos ao advogado da parte vencedora) em processos antigos e outros que dispensam o pagamento por entenderem que no momento de propor a ação trabalhista a norma ainda não existia e, portanto, não seria possível ter ciência da possível condenação.

Advogados apostam que a tendência é que os temas de direito material (que tratam dos pedidos e, si como terceirização, horas extras, horas intinere etc.) só poderão ser aplicados aos processos ajuizados após 11 de novembro. Já as questões processuais, como prazos e custas teriam aplicação imediata a todos os processos pendentes de decisão.

Existe a expectativa de que o TST limite a aplicação da lei quando revisar as súmulas e jurisprudência da Corte em razão das alterações da reforma trabalhista. A Corte discutirá as questões em sessão do Pleno em 6 de fevereiro. Deve analisar 35 propostas de alteração de súmulas e orientações jurisprudenciais, que abrangem

tópicos como custas processuais, seguro-desemprego, horas intineres, férias, diárias intrajornada.

A Corte já revisou o regulamento interno sobre temas processuais, mas questões de direito material não foram discutidas. A tendência para o ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, presidente da Comissão Permanente de Regimento Interno do TST, é analisar a cada caso se a legislação nova será aplicada. "Nós vamos conviver com duas legislações durante um tempo. As matérias novas ainda não chegaram ao tribunal, sobretudo com relação ao direito material. Nos casos antigos não há que se falar das novas regras".

Para o ministro, "algumas regras da reforma se aplicam e outras não. É preciso que se consagre um respeito àquilo que foi adquirido. Regras de interpretação intertemporal não podem retroagir para prejudicar. Ao que vier daqui para frente se aplica regra nova", afirma.

Na tentativa de diminuir as incertezas, alguns Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), como o TRT do Rio Grande do Sul e de Campinas editaram resoluções para orientar os juízes quanto à aplicação da norma. No caso do TRT do Sul, a interpretação está de acordo com a tendência de no direito material aplicar a reforma somente aos processos posteriores a 11 de novembro. No TRT de Campinas, as orientações já foram votadas, mas o conteúdo ainda não foi divulgado.

Com base na hipótese de que os trabalhadores só sofreriam as alterações da reforma nas demandas posteriores a 11 de novembro, o TRT de São Paulo registrou um número recorde de novas ações na véspera da entrada em vigor da lei. Foram 12.626 novos processos no tribunal. Praticamente sete vezes mais que a média diária de ações do mês de novembro, de 1.879 casos novos.

Segundo o professor de Direito do Trabalho da FGV, Sólton Cunha, diante da polêmica causada, o presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, afirmou em outubro, durante evento em São Paulo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em parceria com a Federação Nacional dos Bancos

(Fenaban), que como não há unanimidade sobre o tema, não haveria uma regulamentação detalhada por ora. Ao contrário do que ocorreu quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, quando o TST baixou resolução que serviu de base para os juízes. "Isso gerou certa paz no ambiente na época", diz.

Segundo o advogado Flavio Pires, sócio da área trabalhista do Siqueira Castro, o mais razoável é que apenas os processos que entraram na Justiça após 11 de novembro sejam atingidos pela reforma com relação ao direito material.

Ele se baseia em princípios constitucionais como o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, além das previsões da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de que uma lei só pode retroagir para beneficiar o empregado.

"Nesses casos, vale o momento de interposição da ação. Senão seria muito injusto que um empregado que tinha direito a um benefício pecuniário, quando entrou com a ação, que a lei alterasse seu direito", diz.

Com relação às discussões processuais, o artigo 14 do Código de Processo Civil (CPC) é claro ao prever que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados.

Nesse caso, se houver sentença, ela poderia ser reformada em segunda instância com base na reforma, por exemplo, segundo os advogados trabalhistas. Nesse sentido, já valeria para todos os processos que tramitam a contagem de prazo em dias úteis e

não mais corridos, as alterações com relação a custas processuais, ao uso de seguro garantia recursal, entre outras mudanças. A dúvida maior fica com relação aos honorários sucumbenciais e pagamento de perícia.

De acordo com a advogada Mayra Palópoli, sócia do escritório do Palópoli & Albrecht Advogados, mesmo que os pedidos não tenham sido feitos com base na lei nova, quando se trata da aplicação da parte processual, os magistrados têm solicitado que os pedidos sejam adequados ao que diz o texto da reforma.

Número de ações trabalhistas cai 93%

04/12/2017 – Fonte: DGABC



Quantidade de processos ingressados nos dez primeiros dias pós-reforma foi de 4.935 para 343

A quantidade de ações trabalhistas no Judiciário do Grande ABC caiu 93,04% nos dez primeiros dias após a reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), se comparado com o mesmo período imediatamente anterior. Levantamento realizado a pedido do Diário ao TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) mostra que, entre 1º e 10 de novembro, 4.935 processos foram enviados, enquanto que, a partir do dia 11 – quando as mudanças começaram a valer – até o dia 20, apenas 343 foram encaminhados.

“Esta diferença se deu unicamente por causa da reforma”, avalia Antonio Carlos Aguiar, advogado e professor de Direito do Trabalho da Fundação Santo André. “Porém, não é porque a lei mudou que as pessoas deixaram de ingressar com ações. O que aconteceu foi que os advogados adiantaram a entrada delas, dado que as alterações na legislação trabalhista deixaram muitas dúvidas.”

De acordo com o juiz da 2ª Vara do Trabalho de Diadema, Wilson Pirotta, a queda no número de processos faz parte da readequação dos escritórios de advocacia, dos próprios trabalhadores e também dos juízes, que divergem muito.

As dúvidas se devem ao fato de as mudanças serem muito recentes e em muitos pontos, ainda há dúvidas na interpretação delas. “Como mais de 100 dispositivos da CLT foram alterados, vai demorar um tempo para todos conhecerem o que de fato mudou e o que não mudou com o novo texto”, assinala Pirotta.

O juiz destaca que é importante dividir as ações em dois termos: relações materiais e processuais. As primeiras dizem respeito ao pleito do trabalhador quanto ao desrespeito de algum ponto da CLT. Assim sendo, a situação será julgada baseada na lei em vigor no período do descumprimento, uma vez que se trata de um direito adquirido pelo profissional.

Para se ter ideia, na lei anterior, quem trabalhava em lugares remotos tinha direito a considerar o tempo do deslocamento como parte da carga horária. “Se a pessoa morava muito longe da empresa, mas seu tempo para chegar não era considerado parte da jornada, e ela decidir entrar com ação cobrando por horas extras, vale o direito adquirido se a ação tiver sido ingressada até o dia 10 de novembro. Desde o dia 11 (quando a reforma entrou em vigor), porém, ela não pode mais cobrar por estas horas”, exemplifica Aguiar.

Já as relações processuais referem-se aos custos com honorários e perícias, por exemplo. Na lei anterior, tais encargos eram definidos no momento da sentença. Com a reforma, estes custos passaram a ser responsabilidade do lado perdedor da ação.

Porém, atualmente a decisão de qual lado irá arcar com os gastos dependerá da jurisprudência.

Ainda segundo Pirotta, alguns juízes podem analisar ações ingressadas entre os dias 1º e 10 de novembro e considerar a lei vigente naquele período, ao mesmo tempo em que outros adotam as normas novas para julgá-las. Do mesmo modo, o oposto pode acontecer: um caso enviado após a vigência da reforma pode ser julgado baseado nas leis antigas. "Não há consenso, ainda, sobre a procedência em alguns casos."

AVANÇO - Aguiar avalia que este período é essencial para amadurecer as relações de trabalho. "A partir de agora, as reclamações serão mais técnicas e sérias, já que é preciso justificar e provar as demandas na hora de ingressar com processo. As pessoas não irão entrar com ações sem motivos claros", pondera.

Reforma trabalhista ainda não impulsiona contratações

Embora a reforma da CLT seja vista com bons olhos pelos empresários, uma vez que poderá gerar contratações sob regime intermitente, ou seja, somente quando for convocado pela empresa, por exemplo, as alterações ainda não geraram novos postos de trabalho.

"As mudanças beneficiam patrões, que terão mais segurança jurídica, e empregados, que terão todos os direitos garantidos, como aposentadoria e férias, sob outros tipos de contratos trabalhistas", avalia Roberto Moreira, presidente do Sehal (Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC).

No entanto, Moreira admite que, por enquanto, a reforma não gerou novos empregos. "Ainda se tem muitas dúvidas sobre os mais de 100 pontos alterados", afirma. Para se ter ideia, mais de 450 empresários do setor já procuraram as palestras da entidade para tirar dúvidas sobre a reforma, enquanto que apenas 150, em média, procuram o sindicato para esclarecimento de outros assuntos, como a lei da gorjeta.

Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informa que nenhuma mudança foi notada nas empresas da região, exceto nas semanas que antecederam a implementação da reforma trabalhista, quando a categoria enfrentou dificuldades para aprovar o acordo coletivo. O mesmo foi observado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá e Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano.

Medida provisória pode alterar parâmetros da CLT

Poucos dias após a reforma trabalhista começar a valer, o presidente Michel Temer (PMDB) ajustou as mudanças na legislação por meio de MP (Medida Provisória). Itens polêmicos foram alterados, como o trabalho de grávidas ou lactantes em locais insalubres, que será permitido em ambientes de graus médio e mínimo, desde que haja laudo médico que autorize a atividade.

Destacam-se também a obrigatoriedade de acordo coletivo para jornada de 12 horas (exceto para profissionais da Saúde), proibição da cláusula de exclusividade para autônomos e inclusão de carência de 18 meses para readmitir funcionários sob contrato de trabalho intermitente.

Embora Temer tenha garantido, ao sancionar o texto original da reforma trabalhista, que voltaria com a obrigatoriedade do imposto sindical por meio da MP, até o momento nenhuma mudança foi anunciada sobre o assunto.

CADASTRO - O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) anunciou que o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) passará por mudanças para atender às novas demandas da reforma. O contratante terá que preencher informações relacionadas ao trabalho intermitente, parcial e home office, além de informar sobre o desligamento por acordo entre funcionário e empregador.

Profissionais não perdem direitos já conquistados

Para o trabalhador contratado sob a legislação anterior, a única mudança que poderá ser feita será no regime de férias. Até então, os funcionários poderiam usufruir dos 30 dias de descanso em até dois períodos, sendo o único requisito que um deles fosse de pelo menos dez dias. Hoje, o benefício poderá ser concedido em até três períodos distintos, desde que um deles não seja menor do que 14 dias corridos e, os demais, superiores a cinco.

De acordo com Antonio Carlos Aguiar, da Fundação Santo André, o artigo nono da CLT, que prevê que não se pode retirar direitos do trabalhador, também determina que toda negociação deve envolver troca equivalente e recíproca.

“Quem trabalha em turnos tem a jornada máxima de seis horas, porém, o acordo coletivo pode determinar até oito horas de atividades, desde que o empregado tenha algum benefício em troca, como pagamento adicional ou folga”, diz. Além disso, alterações só poderão ser feitas por meio de acordo coletivo, realizado uma vez ao ano, na data base de cada categoria.

Outra mudança prevista na reforma refere-se ao horário de almoço que, de no mínimo uma hora, poderá ser de 30 minutos. Em contrapartida, o trabalhador sai meia hora mais cedo. Quanto aos feriados, agora é possível eliminar a ponte e aproximar a data do feriado ao fim de semana. Caso a empresa opte por manter a emenda, é possível compensar na semana seguinte.

Ronaldo Nogueira afirma que mercado de trabalho formal vai crescer

04/12/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho (postado em 01/12/2017)

Em palestra a empresários e autoridades de Passo Fundo, ministro do Trabalho afirmou que nova relação legal entre empregado e empregador ajudará na geração de empregos



As mudanças nas relações entre empregados e empregadores estabelecidas pela modernização da legislação trabalhista, em vigor desde 11 de novembro, ampliarão o mercado de trabalho formal no Brasil, segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Ele falou sobre a nova legislação em palestra a empresários de Passo Fundo (RS), durante evento promovido pelo Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas) local nesta sexta-feira (1º).

“A nova relação legal entre o empregador e o empregado deverá propiciar a ampliação do mercado de trabalho formal”, disse Ronaldo Nogueira.

O ministro reiterou que a modernização não tira direitos que estão consolidados na Constituição, mas traz segurança jurídica e ajuda na geração de empregos. “A

modernização veio para prestigiar os direitos especificados no artigo 7º da Constituição. Os direitos constitucionais do cidadão estão assegurados”, garantiu.

Ele lembrou que os críticos da modernização diziam que os trabalhadores perderiam seus direitos, como décimo-terceiro salário, descanso semanal remunerado, horas extras e férias remuneradas, entre outros. “Quem disse isso vai ter que se explicar para o trabalhador, porque o trabalhador vai continuar usufruindo desses mesmos direitos”, disse.

Acordos coletivos - Ronaldo Nogueira explicou que, em vez de tirar, a modernização regulamentou o direito do trabalhador de decidir, em convenção coletiva, o que é melhor para sua categoria.

“Nós regulamentamos o direito que o trabalhador tem, que é o direito de que os acordos coletivos de trabalho tenham força de lei para deliberar sobre determinadas rotinas. A lei especificou em que situações isso poderá acontecer e quando não poderá. Está especificado”, destacou.

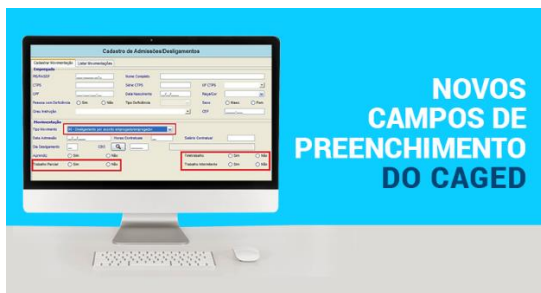
Segundo o ministro do Trabalho, a luta dos trabalhadores nos séculos 18 e 19 deve ser reverenciada, mas a modernização das leis trabalhistas era necessária para adequar o mercado nacional às condições de trabalho do século 21.

Ele comentou que o Brasil é um país continental, com realidades diferentes entre estados e regiões, e isso não pode ser ignorado. “Não é possível fecharmos os olhos para essa realidade do país. Nós precisamos pensar no Brasil como um todo. Cada um precisa fazer a sua parte, no sentido de nos desprendermos das amarras do passado”, afirmou.

Cadastro muda com a nova legislação trabalhista

04/12/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Alterações vão permitir estatísticas mais completas e consistentes relacionadas ao mercado de trabalho



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anuncia nesta sexta-feira (1º) mudanças no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

O Caged receberá novos campos de preenchimento. Resultado da entrada em vigor da nova legislação trabalhista, o empregador agora terá que fornecer informações relacionadas ao trabalho intermitente, parcial, teletrabalho e desligamento por acordo entre empregado e empregador.

"Essa mudança no método de preenchimento do cadastro faz parte do processo de adequação à nova legislação trabalhista, que veio para ficar, e contribuirá para o combate à informalidade, a proteção ao trabalhador em jornada parcial e à instituição do trabalho intermitente, que já existe em países desenvolvidos", explica o ministro Ronaldo Nogueira.

O Caged é a principal fonte de informação sobre a movimentação do mercado de trabalho brasileiro, instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT. O cadastro é utilizado pelo programa de Seguro Desemprego, para conferência dos dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais. E serve, ainda, como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

Confira o passo-a-passo do preenchimento:

1 - No Formulário Eletrônico disponível no portal do Caged (<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/>), preencher, junto com os demais dados, as informações relacionadas ao Trabalho Parcial, Teletrabalho e Trabalho Intermitente, assinalando opção Sim, ou "Tipo de Movimento" igual a 90- Desligamento por acordo entre empregado e empregador, conforme tela abaixo:

A imagem mostra a interface do sistema CAGED no navegador. O formulário "Cadastrar Movimentação" está em foco. Campos destacados com retângulos vermelhos incluem: "Tipo de Movimento" com o valor "90 - Desligamento por acordo empregado/empregador" selecionado, e as opções de "Trabalho Parcial", "Teletrabalho" e "Trabalho Intermitente", todas com o botão "Sim" selecionado. Outros campos visíveis incluem "Nome Completo", "CPF", "CTPS", "Data Nascimento", "Sexo", "Grau de Instrução", "Pessoa com Deficiência", "Tipo de Deficiência", "CEP", "Cidade", "Descrição", "Data Admissão", "Dia do Desligamento", "Horas Contratuais" e "Salário Contratual".

2- Para o empregador que não for realizar contratações nas novas modalidades da nova legislação trabalhista indicamos que o preenchimento dos novos campos é Opcional;

3- As demais orientações de preenchimento do Caged permanecem as mesmas, conforme disponibilizado no Portal Caged; opções "layout do arquivo CAGED" e "Manual de Instruções CAGED" disponíveis na opção "Downloads".

Aníbal: apoio do PSDB às reformas será mantido mesmo com desembarque

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ex-deputado tucano e atual presidente do Instituto Teotônio Vilela, órgão oficial de formação política do PSDB, José Aníbal, disse há pouco ao Broadcast que o apoio do partido à reforma da Previdência será mantido mesmo no caso de saída da sigla da base aliada do governo. Hoje mesmo, dia de evento no interior paulista, estava prevista uma conversa entre o presidente Michel Temer e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para tratarem do desembarque.

De acordo com Aníbal, a saída do PSDB não é a questão mais relevante porque o ex-ministro das Cidades Bruno Araújo já deixou o governo e ministro-chefe da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy, está em vias de fazer o mesmo. "Agora, o apoio à

reforma da Previdência está mantido. Uma coisa é você ter uma posição contra o governo, questionar isso ou aquilo, não estar a favor de que quadros do PSDB estejam no ministério. Até aí, é o jogo democrático. Agora, o compromisso com as reformas é a imagem do PSDB, um partido reformista. Fizemos isso no governo Fernando Henrique e demos rumo ao Brasil”, disse.

Aníbal aproveitou para mandar um recado aos deputados que temem perder votos e assim inviabilizar suas reeleições caso votem a favor da proposta de reforma da Previdência. “É uma farsa essa história de que quem votar pela reforma da Previdência não voltará ao Parlamento. Se não votar, aí sim, é provável que não volte ao Parlamento”, argumentou. Ele comparou que todos os que votaram pelas reformas no governo de FHC foram reeleitos e voltaram ao Parlamento.

Sobre uma eventual chapa do PSDB para concorrer à Presidência formada por Alckmin e pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como vice, Aníbal disse não acreditar.

“Atualmente esse tema está excitando as pessoas. Todos querem saber quem vai sair e quem não vai sair candidato. Bastou o Meirelles aparecer ao lado do Geraldo que começou-se a falar nisso. Eles têm um ponto de identidade que ninguém pode destruir: as carecas”, brincou o ex-deputado tucano.

Governo fará “pente-fino” para destravar reforma da Previdência

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

A demora do governo em atender os pleitos já prometidos durante a votação das duas denúncias contra o presidente Michel Temer emperrou de vez as negociações para a aprovação da reforma da Previdência. O governo vai fazer, agora, um último “pente-fino” para levantar as demandas específicas dos parlamentares e governadores.

Com esse objetivo, o fim de semana de Temer será intenso. Além de participar de um jantar na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ele está organizando um almoço para aliados no Alvorada. Para o jantar de amanhã, foram convidados os presidentes de pelo menos nove siglas.

A pressão por cargos e mais recursos aumentou as dificuldades do governo em conseguir os 308 votos favoráveis para colocar a proposta em votação na Câmara até o fim deste ano. O calendário curto é o principal adversário, e o objetivo é votar o texto “pelo menos” em primeiro turno até o dia 13 de dezembro. Sem garantia dos votos, Maia não incluiu a reforma na pauta de votações do plenário da próxima semana.

Na quinta-feira, será feita uma avaliação final do quadro para a votação. É a última cartada do governo na tentativa de votar ainda em 2017 a versão mais enxuta. “O combinado é, depois do jantar, passar segunda, terça e quarta conversando em busca de votos e, na quinta, fazer uma avaliação para ver se há como pautar ainda este ano”, disse ao Estadão/Broadcast o líder do PMDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP).

A avaliação do governo é que a grande resistência não é mais em relação a pontos da reforma. O grande desafio é vencer o dilema entre a convicção dos parlamentares de que a medida é necessária e a conveniência política, diante do temor do impacto eleitoral. “Temos condição de ter os votos. É uma coisa certa? Não, não é. Mas é uma coisa possível de acontecer”, disse uma fonte do governo.

Confrontado pelo Palácio, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que a reforma terá o apoio de seu partido, o PSDB. A maioria dos 46 deputados tucanos, no entanto, se declara indecisa e cobra que os demais partidos da base

fechem questão em torno da aprovação. Os tucanos contrários defendem que a proposta só seja votada em 2019.

Os aliados cobram a distribuição de todos os cargos que hoje são do PSDB, partido que desembarcou do governo. Eles querem, principalmente, a substituição do ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy (BA).

“Tem uma série de coisas para serem cumpridas. Tem que pagar as emendas, manter compromissos que foram assumidos”, disse o vice-líder do governo na Câmara, Beto Mansur (PRB-SP).

Senado. Outro fator que aumenta a resistência dos parlamentares são sinais emitidos pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), de que não pautará a votação da reforma antes das eleições de 2018 na Casa. A avaliação dos deputados é que eles acabarão arcando sozinhos com o desgaste de votar uma matéria impopular, sem que o Senado dê prosseguimento à proposta. Os senadores reclamam nos bastidores por se sentirem desprestigiados na reforma ministerial.

Apesar do movimento crescente na base aliada para adiar a reforma para depois da eleição, a área econômica segue afirmando que o governo continua trabalhando pela votação. O Ministério da Fazenda afirma que continua acreditando que a reforma será aprovada neste ano na Câmara.

Grupo protesta contra reforma da Previdência no acesso à residência de Maia

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

Cerca de 30 pessoas protestam na entrada de residências oficiais dos ministros, onde fica a casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que receberá neste domingo, 3, o presidente Michel Temer, ministros e aliados para um jantar para debater a reforma da Previdência.

Representantes da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra) ironizaram a reunião e tomaram sopa em contraponto ao que chamaram de “banquete” que será servido aos políticos.

Os manifestantes exibem faixa com o seguinte dizer: “Sopão dos trabalhadores X banquete dos privilegiados”. Também carregam outra em que está escrito: “Se votar pela reforma da Previdência, não volta”, numa referência às próximas eleições e o risco de quem votar pela reforma não conseguir ser reeleito.

Brasileiro terá de trabalhar 2 meses a mais para manter benefício

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A expectativa de vida do brasileiro avançou e, se por um lado a notícia é boa, por outro, os segurados do INSS terão um desconto maior nas aposentadorias por tempo de contribuição. Será necessário trabalhar, em média, dois meses a mais para se aposentar com o mesmo valor que teria antes da atualização da tabela do fator previdenciário.

As estimativas e a tabela com os novos índices foram calculadas pelo atuário especializado em Previdência Newton Conde, da Conde Consultoria Atuarial.

Os descontos estão maiores desde esta sexta (1º), quando o IBGE divulgou a estimativa de expectativa de vida do brasileiro em 2016.

Ao nascer, o brasileiro tem expectativa de viver 75 anos, nove meses e sete dias, três meses e 11 dias a mais do que para uma pessoa nascida em 2015.

Na faixa dos 50 anos, na qual sai a maior parte das aposentadorias, seria preciso trabalhar, em média, 55 dias a mais para compensar o redutor maior do novo fator.

No cálculo do fator, além da expectativa de vida, o INSS considera quantos anos o segurado ainda deverá viver, ou seja, por quanto tempo prevê pagar a aposentadoria a esse segurado.

Artigo: A recuperação continua

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Produção industrial cresceu 2,6% em setembro, ante 2016, e completou cinco meses de recuperação.

Na sexta (1º), o IBGE divulgou o resultado do desempenho da atividade econômica referente ao terceiro trimestre. O crescimento foi de 0,1% em comparação ao segundo trimestre.

Quando comparado com o terceiro trimestre de 2016, a alta foi de 1,4%. Desde o quarto trimestre de 2016, sempre comparando com o mesmo trimestre do ano anterior, o crescimento foi de, respectivamente, -2,5%, 0,0%, 0,4% e 1,4%. Ou seja, a retomada é sólida. Para o quarto trimestre, esperamos crescimento de 0,1% ante o terceiro e de 2,2% ante o quarto trimestre de 2016.

Os números do terceiro trimestre nos fizeram revisar a estimativa de crescimento de 2017 de 0,9% para 1% e para 2018 de 2,5% para 2,7%.

Aparentemente, o crescimento da economia de 2017 para 2018 será bem brando. De 1% para 2,7%. Mas esse número é enganador. Em 2017, o crescimento da agropecuária será de 12%. Dado que ela representa 5% da economia, essa fortíssima recuperação do setor adicionará 0,6 ponto percentual na economia. Ou seja, o crescimento da economia em 2017 excluindo a agropecuária será de 0,4 ponto percentual.

Para 2018 prevemos que a agropecuária recuará 2%. Nada muito dramático, visto o excelente desempenho em 2017 e a natural volatilidade do setor. De toda forma, o avanço da economia excluindo a agropecuária, a confirmar a alta de 2,7% em 2018, será de 2,8%. Ou seja, nossos números preveem que a economia excluindo agropecuária acelere de 0,4% em 2017 para 2,8%. Nada mal.

É verdade que a recuperação tem ocorrido bem mais lentamente do que as recuperações cíclicas das últimas décadas. Por exemplo, em 2000, após o difícil ano de 1999, crescemos 4,3%. Em 2004, após o baixo crescimento de 2003, crescemos 5,7%. Finalmente, em 2010, crescemos 7,5%.

Dois fatores explicam recuperação cíclica tão branda. O primeiro é o impasse político que vivemos. Temos um brutal desequilíbrio fiscal cuja expressão aritmética é uma dívida pública como proporção da economia que cresce de forma explosiva. Se nada for feito, caminharemos para inflação. E nada tem sido feito. Nosso Congresso nem aprova medidas que elevem os impostos nem reformas que reduzam o gasto. Vivemos um impasse.

O segundo motivo que explica a fraca recuperação é que no atual episódio a economia está muito machucada. Houve inúmeros investimentos em diversos setores -indústria naval, cadeia de óleo e gás, construção civil, indústria automobilística, etanol, setor elétrico, entre outros- que geraram endividamento das empresas sem capacidade de geração de caixa. Os investimentos foram malfeitos, e levará tempo para que sejam digeridos.

Assim, uma recuperação mais robusta da economia provavelmente dependerá do que ocorrer no processo eleitoral em 2018. Esperemos pelo melhor. Que vença alguém comprometido com a arrumação da casa fiscal e que simultaneamente tenha, de alguma forma, negociado com a sociedade essa arrumação.

(**Samuel Pêsoa**- É físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV.)

Entenda o valor total e relativo das empresas

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Investidores do mercado financeiro se concentram nas cotações dos ativos e muitas vezes esquecem de avaliar o valor total do ativo e de relativizar esse valor com o de outros comparáveis.

Esse efeito ocorre especialmente no mercado de ações e com os pequenos investidores que possuem menos acesso a informação. Nesse sentido, trago hoje uma série de comparativos para ajudá-lo a entender melhor o valor das ações e empresas pertencentes ao índice IBX100 da bolsa de valores B3.

Quando você vai comprar qualquer ativo, seja ele um imóvel, um carro ou eletrodoméstico, avalia o valor total do bem e não apenas o valor de uma fração dele. Pequenos investidores quando vão comprar uma empresa negociada em bolsa focam no preço da fração que é representada pela ação e esquecem de avaliar o todo. O valor de mercado das ações é calculado multiplicando o valor da ação pela quantidade.

As dez maiores e menores empresas em termos de valor de mercado de suas ações são apresentadas abaixo. Embora seja a maior empresa brasileira em valor de mercado das ações, a Ambev seria a quinquagésima empresa do índice americano S&P500. Dentre as 500 empresas que formam o S&P500, a menor delas seria a quinquagésima quarta maior empresa no nosso índice IBX100.

Nome	Código	Valor de mercado das ações		Nome	Código	Valor de mercado das ações	
		(R\$ milhões)				(R\$ milhões)	
Gafisa SA	GFS3	542,6		Ambev SA	ABEV3	321.425,2	
Valid Sol e Serv de Seg	VLID3	1.185,9		Itau Unibanco	ITUB4	256.942,5	
Wiz Sol. e Cor de Seguros	WIZS3	1.783,0		Petroleo Brasileiro SA	PETR4	207.345,8	
Randon SA	RAPT4	2.027,3		Banco Bradesco SA	BBDC4	192.829,4	
Minerva SA/Brazil	BEEF3	2.528,5		Vale SA	VALE3	187.493,2	
Eletropaulo	ELPL3	2.685,9		Bco Santander Brasil SA	SANB11	109.006,4	
lochpe Maxion SA	MYPK3	2.958,3		Banco do Brasil SA	BBAS3	88.197,5	
Marcopolo SA	POMO4	3.096,4		Itausa - Inv. Itau SA	ITSA4	77.129,5	
Light SA	LIGT3	3.269,1		Telefonica Brasil SA	VIVT4	77.052,1	
Aliansce Shop Center	ALSC3	3.426,2		Cielo SA	CIEL3	62.812,8	

As dez maiores e menores empresas em valor de mercado das ações do índice IBX100 com data de 01/12/2017 (Fonte: Bloomberg).

Entretanto, olhando apenas para o valor de mercado total, não é possível dizer quem está mais barato. Precisamos de uma métrica para padronizar esse valor. Quando um investidor vai comprar um imóvel, ele avalia além do valor total, o valor por metro quadrado. Este último valor é especialmente importante, pois padroniza o valor total do imóvel e permite que se compare preços de imóveis que possuem tamanhos diferentes.

A mesma padronização é feita com ações, dividindo o preço de mercado das ações pelo lucro esperado no próximo ano. A escolha do lucro do próximo ano é explicada porque o valor de uma empresa é suportado pelos resultados futuros que a empresa vai produzir e não pelos resultados passados.

Nome	Código	Preço/ Lucro (próximos 12 meses)		Nome	Código	Preço/ Lucro (próximos 12 meses)	
Metalurgica Gerdau SA	GOAU4	2,32		Gol Linhas Aereas	GOLL4	49,96	
Copel	CPLE6	4,53		Raia Drogasil SA	RADL3	41,67	
Light SA	LIGT3	4,76		Rumo SA	RAIL3	39,97	
Cemig	CMIG4	5,42		WEG SA	WEGE3	28,11	
Banrisul	BRSR6	5,93		Odontoprev SA	ODPV3	28,07	
Banco BTG Pactual SA	BPAC11	6,28		Linx SA	LINX3	27,72	
Eletrobrás	ELET6	6,43		Lojas Americanas SA	LAME4	27,27	
JBS SA	JBSS3	6,81		Lojas Renner SA	LREN3	25,21	
Banco do Brasil SA	BBAS3	6,90		Iguatemi	IGTA3	24,84	
COPASA	CSMG3	7,03		TOTVS SA	TOTS3	24,79	

As dez mais baratas e mais caras empresas medidas pela razão Preço por Lucro Líquido do próximo ano para as empresas do índice IBX100 com data de 01/12/2017. O lucro do próximo ano é uma estimativa média dos analistas de mercado. (Fonte: Bloomberg).

Observa-se acima as dez empresas que apresentam as maiores e menores razões de preço de mercado das ações sobre lucro. Estudos acadêmicos (Basu 1977 e 1983) apontam que portfólios montados com as empresas com menor razão Preço/ Lucro (P/L) tendem a desempenhar melhor no ano seguinte que portfólios constituídos pelas empresas com as maiores razões.

O indicador P/L pode ser entendido como o prazo em anos para se recuperar o investimento se o lucro fosse inteiramente distribuído ao acionista. Por exemplo, no caso da Cemig, demoraria apenas 5,4 anos para se obter o valor do investimento de volta, considerando que o lucro não caia nos anos seguintes e que ele fosse integralmente pago ao acionista. O prazo para se obter o investimento de volta é usualmente chamado de *Payback*. Assim, o múltiplo P/L pode ser comparado à métrica *Payback* utilizada na análise de pequenos investimentos.

Outra forma de se interpretar o P/L é calcular o inverso dele. O inverso dessa razão resulta no índice chamado em inglês de *Earnings yield* (ganho por lucro). Novamente, utilizando a Cemig como exemplo, seu P/L produz um ganho por lucro de 18,5% ao ano ($=1/0,0542$). No caso da Raia, o ganho por lucro seria de apenas 2,4% ao ano ($=1/0,4167$).

Assim como há imóveis que negociam com a razão preço por metro quadrado mais baixa que a média por razões específicas como qualidade e localização, também há empresas que estão com múltiplos baixos por um motivo. Portanto, é preciso avaliar detalhadamente, pois não é porque o múltiplo está baixo que é uma barganha. No entanto, analisar os múltiplos como o P/L pode chamar sua atenção para empresas que estão baratas e outras cujos preços não fazem sentido relativamente a outras empresas.

Como nem todo o lucro é distribuído ao acionista, é interessante acompanhar o índice chamado de ganho por dividendos que é calculado dividindo o dividendo a ser pago no próximo ano pelo valor atual da ação. Na tabela abaixo é possível verificar que os dez maiores ganhos de dividendos superam a rentabilidade obtida com o CDI líquido de IR. Se o preço da ação em um ano for o mesmo que o atual, terá recebido mais que o CDI em dividendos líquidos de IR.

Nome	Código	Ganho de Dividendo (%)
CTEEP	TRPL4	10,64
Copel	CPLE6	10,58
TAESA	TAE11	9,60
AES Tiete Energia SA	TIET11	9,54
Wiz Sol. e Cor de Seguros	WZS3	9,42
Multipius SA	MPLU3	8,07
Cemig	CMIG4	7,50
Smiles Fidelidade SA	SMLS3	7,13
Metalurgica Gerdau SA	GOAU4	7,05
Engie Brasil Energia SA	EGIE3	6,94

Os dez maiores ganhos de dividendos dentre as empresas que formam o índice IBX100 com data de 01/12/2017. O ganho de dividendo é calculado dividindo o dividendo esperado ser distribuído no próximo ano pelo valor de mercado das ações atual. O dividendo do próximo ano é uma estimativa média dos analistas de mercado. (Fonte: Bloomberg).

Assim, ao avaliar a aquisição de ações, não olhe apenas para a cotação. É importante calcular o valor total e relativo padronizado por indicadores financeiros e operacionais para entender se esse faz sentido relativamente a outras empresas do mesmo setor e do mercado em geral. Lembro que esses não são os únicos indicadores para avaliar uma empresa. Em futuros artigos explicarei sobre outras formas de avaliação.

Mercado interno responde por 80% do crescimento do PIB

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A economia cresceu 0,1% de julho a setembro, ante o segundo trimestre, marcando o terceiro resultado positivo consecutivo após a recessão que durou três anos.

Os dados do IBGE mostram que é a demanda interna que vem impulsionando a atividade, principalmente o consumo das famílias e, mais recentemente, o investimento.

Segundo cálculos do economista Fernando Montero, da corretora Tullet Prebom, o mercado interno respondeu por 80% da expansão no terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em relação ao terceiro trimestre de 2016, o PIB subiu 1,4%. A demanda interna (composta pelo consumo das famílias, investimento e gastos do governo) respondeu por 1,15 ponto percentual.

O consumo das famílias foi o item que mais cresceu: 1,2% de julho a setembro, na terceira alta seguida. Desde janeiro, segundo o IBGE, o consumo está no positivo.

Depois dos saques das contas inativas do FGTS, que injetaram R\$ 44 bilhões na economia no primeiro semestre, o governo autorizou a liberação de cerca de R\$ 20 bilhões de contas antigas do PIS/Pasep para aposentados a partir de setembro.

O dinheiro extra turbinou o consumo, que agora recebeu o reforço da melhora discreta do mercado de trabalho e da queda da taxa de juros, segundo Rebeca Palis, coordenadora de contas nacionais do IBGE. A redução do endividamento das famílias é outro fator que ajuda.

Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, a alta do consumo é de 2,2%. A conta é importante porque ele responde sozinho por 60% do PIB.

Os investimentos subiram 1,6% no trimestre e apenas o consumo do governo ficou no negativo, marcando o quinto trimestre consecutivo de queda (0,2%), na esteira da crise nas contas públicas e do ajuste do governo em despesas sujeitas a corte, como os investimentos públicos.

SETORES

"A recuperação da economia começou, no início do ano, com a agropecuária e as exportações. No segundo trimestre, veio a força do consumo das famílias", descreve a economista Silvia Matos, da FGV. "Agora o crescimento está mais disseminado."

Embora o PIB tenha ficado perto da estabilidade (0,1%), analistas afirmam que a recuperação ficou mais sólida no terceiro trimestre.

Pelo lado da produção, a indústria e o setor de serviços cresceram 0,8% e 0,6%, respectivamente. "São taxas de expansão relevantes para estes dois setores", diz Matos.

Já atividade agropecuária caiu 3%. O resultado negativo já era esperado e segue a sazonalidade do setor –as lavouras mais importantes, de soja e milho, são colhidas no primeiro semestre.

Inflação semanal acelera em cinco das sete capitais pesquisadas

04/12/2017 – Fonte: Agência Brasil

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) avançou em cinco das sete capitais pesquisadas, entre as semanas encerradas em 22 e 30 de novembro.

Segundo dados divulgados hoje (4) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), na semana encerrado no último dia do mês a taxa foi a 0,36%, alta de 0,04 ponto percentual em relação à semana encerrada no último dia 22 (0,32%).

Os dados divulgados pela FGV indicam que a maior variação de preços ocorreu no Rio de Janeiro, onde a taxa saltou de uma deflação (inflação negativa) de 0,02% para uma variação positiva de 0,23% – alta de 0,25 ponto percentual.

A maior inflação, no entanto, continua sendo registrada na cidade de Porto Alegre, onde o IPC-S saltou de 0,69% para 0,74%. Já a menor taxa foi registrada em Recife, onde o IPC-S ficou em 0,14%, a menor taxa entre as sete capitais.

Em Brasília a taxa variou de 0,33% para 0,37%; em São Paulo, de 0,33% para 0,34%; em Belo Horizonte, de 0,2% para 0,28%; e em Salvador, de 0,5% para 0,2%.

IPCA para 2017 cai de 3,06% para 3,03%, aponta Focus

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro reduziram suas projeções para o IPCA para este e o próximo ano. O Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 4, pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA em 2017 foi de 3,06% para 3,03%. Há um mês, estava em 3,08%. Já a projeção para o índice de 2018 permaneceu em 4,02%, mesmo porcentual de quatro semanas atrás.

Na prática, as projeções de mercado divulgadas nesta segunda no Focus indicam que a expectativa é de que a inflação fique levemente acima do piso da meta, de 3,0%, em 2017. O centro da meta para este ano e o próximo é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (inflação de 3,0% a 6,0%).

Em outubro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC havia informado suas projeções para o IPCA: 3,3% em 2017, 4,3% em 2018 e 4,2% em 2019. Estes parâmetros devem ser atualizados na próxima quarta-feira, dia 6, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) anuncia o novo patamar da Selic (a taxa básica de juros), atualmente em 7,50% ao ano.

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2017 no Focus foi de 3,10% para 3,09%. Portanto, estas casas também preveem que o BC cumprirá a meta, já que a inflação ficará acima do piso de 3,0%. Para 2018, a estimativa do Top 5 seguiu em 4,00%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 3,05% e 4,00%, respectivamente.

Já a inflação suavizada para os próximos 12 meses foi de 3,98% para 3,96% de uma semana para outra – há um mês, estava em 4,01%.

Entre os índices mensais mais próximos, a estimativa para novembro de 2017 foi de 0,39% para 0,38%. Um mês antes, também estava em 0,38%. No caso de dezembro, a projeção foi de 0,44% para 0,42%, ante 0,44% de quatro semanas antes.

Preços administrados

O Relatório Focus indicou redução na projeção para os preços administrados neste ano. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador em 2017 foi de alta de 7,90% para avanço de 7,85%. Para 2018, a mediana passou de 4,90% para 4,88%. Há um mês, o mercado projetava aumento de 7,00% para os preços administrados em 2017 e elevação de 4,88% em 2018.

As projeções atuais do BC para os preços administrados indicam elevações de 7,9% em 2017, 5,1% em 2018 e 4,3% em 2019. Estes porcentuais serão atualizados na ata do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), que sai na terça-feira da semana que vem, dia 12.

Outros índices

O Focus também mostrou que a mediana das projeções do IGP-DI de 2017 passou de -1,12% para -1,08% da última semana para esta. Há um mês, estava em -0,97%. Para 2018, a projeção seguiu em +4,50%, mesmo valor de quatro semanas atrás.

Calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do dólar e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.

Outro índice, o IGP-M, que é referência para o reajuste dos contratos de aluguel, foi de -1,12% para -0,95% nas projeções dos analistas para 2017. Quatro levantamentos

antes, estava em -1,13%. No caso de 2018, o índice foi de +4,38% para +4,39%, ante os mesmos +4,39% de um mês atrás.

Já a mediana das previsões para o IPC-Fipe de 2017 foi de +2,20% para +2,18% no Focus. Um mês antes, a mediana das projeções do mercado para o IPC era de +2,29%. Para 2018, a projeção do IPC-Fipe permaneceu em +4,49%, ante 4,28% de um mês antes.

Após quase ir falência, Usiminas reage e aposta na recuperação da economia

04/12/2017 – Fonte: Tribuna PR

Quase três anos após passar por uma das piores crises de sua história, correndo o risco de ir à falência, a Usiminas dá sinais de reação. Em abril do próximo ano, a siderúrgica deve religar seu alto-forno na unidade de Ipatinga, no Vale do Aço, em Minas Gerais, voltando a operar a plena carga, com a aposta de que a economia brasileira poderá engrenar de vez. A companhia também aumentou a produção de minério para exportar para o mercado asiático.

Considerada um dos símbolos da indústria nacional, a Usiminas tenta se afastar de um passado recente marcado por uma forte turbulência financeira que abateu a empresa a partir de 2015 – quando o País também entrou em uma de suas maiores recessões e os preços internacionais do minério de ferro afundaram, comprometendo siderúrgicas de todo o mundo. Em meio a essa tempestade, a Usiminas protagonizou uma das maiores disputas societárias em curso no Brasil, arranhando ainda mais imagem do grupo.

“O pior ficou para trás”, disse Sérgio Leite, presidente da Usiminas, ao Estado. A recuperação dos setores automotivo e de linha branca tem ajudado a puxar os resultados do grupo este ano.

O executivo afirmou que a companhia voltou a fazer planos, vai antecipar o pagamento de amortização de parte de suas pesadas dívidas, que somam R\$ 6,8 bilhões, e está otimista em relação a 2018. Mas ainda não há euforia. Segundo Leite, não há previsão de religar os altos-fornos da unidade de Cubatão (SP) antes de 2020.

Para religar o alto-forno de Ipatinga (que foi desligado em 2015), a companhia está investindo cerca de R\$ 80 milhões em manutenção de equipamentos. Foram contratados nos últimos meses 500 trabalhadores, dos quais 400 temporários.

A Mineração Usiminas (Musa), que voltou a ativar duas unidades de tratamento de minério nos últimos meses, também admitiu 400 pessoas e faz planos para sair de uma produção de 2,4 milhões de toneladas este ano para 6 milhões de toneladas a partir do primeiro trimestre de 2018. “Boa parte vai para o mercado asiático”, afirmou Leite.

A contratação ainda é tímida perto do que o grupo já dispensou – entre 2014 e 2016 foram cortados mais de 4 mil funcionários, período mais agudo da crise da empresa.

Histórico da crise

A fase de “deterioração dos resultados” da empresa começou a partir do quarto trimestre de 2014 e se arrastou ao longo de 2015: a empresa registrou uma série de prejuízos consecutivos e a crise da empresa atingiu o pico quando o grupo passou a ter geração de caixa negativa, com o risco de entrar em recuperação judicial. Para piorar a situação da empresa, os dois principais acionistas do bloco de controle – o grupo ítalo-argentino Ternium/Techint e a japonesa Nippon – tornaram público um litígio que se arrasta até hoje. Procurados, não comentam.

Uma trégua entre os dois maiores acionistas e outro importante sócio, a CSN, de Benjamim Steinbruch, que também entrou na disputa, foi dada no primeiro semestre de 2016 quando os três se uniram para fazer um aporte de R\$ 1 bilhão na companhia, que corria o risco de falir, lembrou Leite.

Essa etapa foi batizada de fase de "sobrevivência", onde vários ativos foram colocados à venda, como a Usiminas Mecânica (nenhum foi vendido). O movimento de "construção de resultados", segundo Leite, começou a ser implementado este ano, após a companhia voltar ao azul. "Estamos na fase de reposicionamento da Usiminas."

Para Otto Nogami, do Insper, o atual momento do País requer cautela e pode atingir as indústrias. "A aposta da Usiminas está calcada na recuperação da economia, que ainda não se consolidou. Qualquer passo em falso, pode colocar tudo a perder."

Valor de mercado

As ações da Usiminas na Bolsa tiveram forte valorização este ano, enquanto as de suas concorrentes – CSN, de Benjamin Steinbruch; e Gerdau, apresentaram desempenhos diferentes no mesmo período. Na sexta-feira, o valor de mercado da Usiminas atingiu R\$ 12,38 bilhões, alta de 56% no acumulado do ano, de acordo com levantamento da Economática. A CSN, de Benjamin Steinbruch, está avaliada em R\$ 10,08 bilhões, queda de 31,5% no mesmo período. Já a Gerdau vale R\$ 17,955 bilhões na Bolsa, aumento de 7% neste ano.

Para Pedro Galdi, analista de mercado da Magliano Corretora, a recuperação da Usiminas em relação às outras siderúrgicas reflete a área de atuação da companhia e a maior disciplina financeira da empresa nos últimos meses. Como produtora de aços planos, a Usiminas se beneficiou da recuperação do setor automotivo, um dos principais compradores desse tipo de matéria-prima.

Já CSN e Gerdau produzem aços longos, utilizados pelos setores de construção civil, máquinas e equipamentos, que ainda não reagiram.

Relatório do BTG Pactual, divulgado no fim de novembro, reconhece a melhora operacional da Usiminas, mas ainda vê desafios para o grupo pela frente.

Sedãs ficarão maiores na linha 2018

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Fiat apresentou as primeiras fotos do novo Cronos, versão sedã do Argo. O carro, que será fabricado em Córdoba (Argentina), segue a tendência de crescimento de modelos que, no passado, eram veículos pequenos.

Seu comprimento é estimado em 4,50 metros, próximo ao do Volkswagen Virtus (4,48 metros), que será o principal concorrente. Ambos chegam às concessionárias no primeiro trimestre de 2018.

Há 20 anos, o primeiro Honda Civic produzido no Brasil, então considerado um sedã médio, tinha 4,45 metros e menos espaço interno que os novos "compactos". Os sedãs pequenos da época, como o Chevrolet Corsa, não tinham mais que 4 metros.

APRESENTAÇÃO SECRETA

A Fiat exibiu o Cronos para jornalistas em um galpão na zona sul de São Paulo. Os celulares foram confiscados para que não houvesse fotos além das previamente divulgadas pela montadora.

A versão exibida foi a 1.8 Precision, com câmbio automático de seis marchas.

A avaliação estática serviu para observar as diferenças de estilo entre o sedã e o hatch Argo. A traseira do novo carro remete ao italiano Alfa Romeo Giulia e faz o Cronos não parecer ser somente uma extensão do "irmão".

"Meu desafio foi fazer um novo sedã, e não um Argo sedã", disse Peter Fassbender, chefe de design do grupo FCA (Fiat Chrysler Automóveis).

A dianteira do Cronos tem para-choque, grade em formato colmeia e filetes cromados exclusivos.

Os faróis são iguais aos do Argo, mas o capô do sedã é mais baixo e inclinado.

A Fiat não quis divulgar o tamanho do porta-malas do Cronos, mas garante que há mais de 500 litros disponíveis para bagagens. O espaço no banco traseiro é generoso, embora o perfil baixo do teto prejudique ocupantes com mais de 1,85 metro.

A versão mais em conta do novo sedã deverá custar a partir de R\$ 55 mil. O motor será o 1.3 flex (109 cv) que já equipa Uno e Argo. A versão topo da linha Cronos será a Precision 1.8 (139 cv), com valor estimado em R\$ 80 mil.

Itens como direção elétrica e sistema start-stop (que desliga o motor em paradas no semáforo) serão de série em todas as versões. Controles de estabilidade estarão disponíveis a partir da versão 1.3 com caixa automatizada.

NOVOS MODELOS

Há mais sedãs compactos a caminho no próximo ano. A Honda prepara a atualização do City, que estreia no primeiro semestre. As principais novidades serão visuais, com mudanças no desenho frontal e em detalhes de acabamento na cabine.

A Toyota terá o Yaris, que será produzido em Sorocaba (a 99 quilômetros de São Paulo). Além da versão sedã, a marca japonesa terá a opção hatch. A apresentação ao público deve ocorrer em novembro, durante o Salão do Automóvel de São Paulo.

A Kia também trará duas opções de carroceria do compacto Rio, importado do México. A estreia deve acontecer no segundo trimestre de 2018.

Montadoras reclamam de impasses no governo que retardam Rota 2030

04/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo (postado dia 01/12/2017)

Enquanto as vendas de automóveis seguem em crescimento, as montadoras ainda têm esperança de que as bases do novo plano para o setor, chamado Rota 2030, sejam divulgadas ainda em dezembro.

Representantes das fabricantes de carros se queixam de divisões, impasses e brigas dentro do governo, que dificultam o consenso sobre questões tributárias. A preocupação é de que pontos definidos no programa vigente, o Inovar-Auto, sejam abandonados, embora tenham ocorrido investimentos por parte das empresas.

"Há avanços que já foram implementados, como a questão das metas de eficiência energética. As engenharias acompanharam isso muito bem, e estamos prontos para iniciar uma nova etapa em janeiro", diz Ricardo Bastos, diretor de relações institucionais da Toyota.

Esperava-se que o novo plano fosse divulgado em outubro, com implementação em janeiro. O atual expira no fim do ano.

Para atender às premissas do Inovar-Auto, a montadora de origem japonesa construiu um centro de pesquisa em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). O grupo

Grandini, importador da marca sul-coreana Kia, também investiu em um complexo tecnológico, na cidade de Itu (a 101 km de São Paulo).

A preocupação das montadoras é que a demora em divulgar e homologar o Rota 2030 crie um vácuo jurídico e interfira na concessão em benefícios tributários, hoje baseados nas metas de redução de consumo e de emissões de poluentes, além de considerar o conteúdo produzido localmente.

O governo já demonstrou vontade de segurar a divulgação do novo programa à espera da definição de novos acordos de comércio. Contudo, as montadoras afirmam que o Rota 2030 já está pronto, embora tenham mudanças de última hora.

Apesar dos problemas com a OMC, parte do que foi estipulado no Inovar-Auto deve ser mantido, como a divisão de faixas de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) baseada no tamanho dos motores.

VENDAS ATÉ NOVEMBRO

Os emplacamentos seguem em alta, com crescimento de 9,8% no acumulado de 2017 (janeiro a novembro) em relação a igual período de 2016. O cálculo divulgado pela Fenabreve (associação dos distribuidores de veículos) considera as vendas de carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

O Chevrolet Onix permanece na liderança entre os automóveis, com 18.611 unidades licenciadas em novembro. O Ford Ka fechou o mês na segunda posição (9.067), seguido de Hyundai HB20 (8.527).

Pesados reverterem queda e vendas crescem 1,4%

04/12/2017 – Fonte: Automotive Business

Pela 1ª vez em 2017, caminhões e ônibus têm balanço positivo, aponta Fenabreve



Pela primeira vez este ano o segmento de veículos comerciais pesados reverteu as quedas consecutivas durante 2017 e registra leve crescimento das vendas: no acumulado de janeiro a novembro, as 59,3 mil unidades emplacadas, entre caminhões e ônibus, representam crescimento de 1,4% sobre iguais meses de 2016, quando foram vendidos 58,5 mil veículos, conforme dados divulgados na sexta-feira, 1º, pela Fenabreve, que representa o setor de distribuição.

O segmento era o que mais sofria com os reflexos da crise imposta ao mercado desde meados de 2014, iniciou este ano com queda de 34% (*veja tabela abaixo*). Desta vez, o balanço traz resultados somente positivos.

Em novembro, o setor de pesados atingiu volume de quase 7 mil unidades, mais precisamente 6.941 caminhões e ônibus, incremento de 11,5% sobre outubro e de expressivos 51,5% sobre novembro de 2016.

Por segmento, as vendas de caminhões aumentaram muito levemente nos 11 meses do ano, apenas 0,1% sobre o período de janeiro a novembro do ano passado: 48 veículos a mais este ano garantiram o melhor desempenho, chegando a 45.894 unidades.

Considerando apenas novembro, o volume atingiu 5,49 mil caminhões novos, aumento expressivo de 45,4% sobre novembro do ano passado, quando o volume foi de 3,77

mil. Também houve alta de 8,7% sobre os pouco mais de 5 mil caminhões emplacados em outubro.

Os ônibus é que ajudaram mais a elevar os níveis do segmento pesado: as vendas aumentaram 6,1% em 11 meses, para 13,4 mil contra 12,7 mil de um ano antes. No mês passado, o mercado absorveu 23,5% mais do que em outubro, ao atingir 1.446 unidades. Sobre novembro de 2016, as vendas quase dobraram, em alta de 80%, uma vez que naquele mês os emplacamentos não passaram de 803 unidades.

Veja abaixo a trajetória de queda das vendas de caminhões e ônibus ao longo de 2017. As variações percentuais são de cada período acumulado do ano:

Variação do volume de vendas acumuladas 2017 x 2016			
Acumulado	Caminhão	Ônibus	Total
janeiro	32,3%	43,6%	34,8%
bimestre	32,0%	36,0%	33,0%
trimestre	25,5%	24,5%	25,3%
quadrimestre	23,4%	20,1%	22,7%
maio	18,6%	15,0%	17,8%
semestre	15,6%	7,2%	13,8%
julho	13,7%	11,0%	13,1%
agosto	10,7%	5,3%	9,4%
setembro	8,5%	2,5%	7,1%
outubro	3,9%	1,1%	2,8%
novembro	0,1%	6,1%	1,4%

Vermelho = queda / Azul = crescimento Fonte: Fenabrave

Motos despencam em novembro com feriados

04/12/2017 – Fonte: Automotive Business



Os feriados de Finados, da Proclamação da República e em grande medida o Dia da Consciência Negra (não trabalhado em boa parte do País, incluindo dez capitais, três delas no Sudeste) comprometeram a venda de motos em novembro.

Com apenas 65,3 mil unidades, foi o terceiro pior mês do ano, atrás apenas de fevereiro (60,5 mil motos) e abril (64,9 mil). Na comparação com o fraco outubro houve queda de 4,3%. A média diária se manteve baixa, cerca de 3,4 mil unidades, como no mês anterior. No acumulado do ano foram licenciadas 773,7 mil motocicletas, número 15,4% menor que o registrado no mesmo período de 2015.

Os dados foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionárias.

Para dezembro os fabricantes acreditam em crescimento da média diária de emplacamentos, para 3,8 mil motos, por causa da entrada do 13º salário e também como desdobramento de lançamentos feitos no Salão Duas Rodas, principal evento do setor, que ocorreu em novembro .

Se a expectativa para dezembro se confirmar, 2017 fechará com cerca de 850 mil motos e queda próxima a 15%.

DESEMPENHO POR FABRICANTE

A Honda totalizou 604,6 mil emplacamentos no acumulado dos 11 meses, 8,2% a menos do que em igual período do ano passado. A vice-líder Yamaha, com suas 104,7 mil unidades, anotou alta de 6,7%. A Suzuki teve em todo o ano 6,5 mil unidades

licenciadas e está 41,6% abaixo do que obteve até novembro do ano passado.

A BMW se aproximou das 6 mil unidades no ano, cresceu 1% e passou a Dafra, que vende motocicletas bem mais acessíveis que as da marca alemã. Com 5,9 mil unidades, a Dafra acumula queda de 46,1%. A empresa brasileira também detém a produção e vendas da austríaca KTM, cujos emplacamentos recuaram 19,7%. A Kawasaki teve apenas 4,1 mil unidades no ano e também registra queda importante, de 24,5%.

Com 4,1 mil motos, A Harley-Davidson, depois de um ano ruim em 2016, percorre trajetória de alta em 2017. Anotou 4,7 mil emplacamentos até novembro e cresceu 10%. A Triumph registrou 3,6 mil motos no período e teve alta de 2,1%. A Ducati recuou 2,3%. Teve 1.074 motos lacradas nos 11 meses.

Vendas de veículos crescem 10% até novembro

04/12/2017 – Fonte: Automotive Business



As vendas de veículos leves cresceram 10% no acumulado de janeiro a novembro na comparação com mesmo período do ano passado ao atingir pouco mais de 1,96 milhão de unidades, entre automóveis e comerciais leves.

Os números foram divulgados na sexta-feira, 1º, pela Fenabrave, entidade que reúne as concessionárias no País. Novembro encerrou com aumento de 13,6% sobre igual mês de 2016, passando de 173,5 mil para 197,2 mil veículos emplacados. O volume também significou leve alta de 0,4% na comparação com o último outubro, quando 196,6 mil veículos novos entraram no mercado.

Com este volume, a média diária de novembro ultrapassou a barreira das 10,3 mil unidades, o que não se via desde abril de 2015. A soma dos dois fatores: menor número de dias úteis e o bom desempenho ao longo do mês explica a melhor média diária do ano: novembro teve apenas 19 dias úteis, por ser um mês com três feriados, sendo dois prolongados, considerando que boa parte do País celebrou o dia da Consciência Negra.

Em termos comparativos, a média diária de novembro foi 11% superior na comparação com outubro, quando foram emplacados 9,3 mil unidades em cada um de seus 21 dias úteis. Sobre a média de novembro do ano passado, o aumento é de 19,6%.

Para o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, o resultado de novembro consolida a recuperação do setor: "A alta nos índices de confiança e a contínua queda na inadimplência, que registrou o menor índice desde 2011, fez com que o comprador voltasse às concessionárias.

O aumento da oferta de crédito também tem impulsionado o crescimento do mercado neste momento e incentivado o cliente a efetivar sua compra", afirma em nota o dirigente.

SEGMENTOS

Os automóveis continuam a puxar para cima o resultado total do setor: no acumulado dos 11 meses do ano, atingiram aumento de 10,9% na comparação com mesmo período de 2016, registrando 1,68 milhão de unidades. Em novembro, com 168,8 mil

emplacamentos, houve crescimento de 1,23 sobre outubro e de 13,5% sobre novembro de 2016.

Já nos comerciais leves, embora o segmento registre alta das vendas de 5,3% entre janeiro e novembro sobre iguais meses do ano passado, para 283,5 mil unidades, em novembro os emplacamentos foram 4,7% menores que os de outubro, ao atingirem as 28,3 mil unidades. No entanto, na comparação com novembro do ano passado, o resultado é positivo em 14%.